

**PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO DO
EMPREENHIMENTO RURAL NO ASSENTAMENTO ITAMARATI –MS**

**FAMILY AGRICULTURE PROFILE AND RURAL ENTREPRENEURSHIP
MANAGEMENT IN THE ITAMARATI SETTLEMENT – MS**

Ana Carolina Vieira*
Leandro Martins Ferreira**
William Vieira Gonçalves***
Cristiana Maia de Oliveira****

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo realizar um levantamento e caracterização do perfil da agricultura familiar do assentamento Itamarati, Ponta Porã e verificar como realizam a gestão de seu empreendimento. Nas entrevistas foram utilizados questionários contendo perguntas abertas e fechadas sendo os seguintes itens abordados: movimento social, escolaridade, capacitação, atividade realizada, destino da produção, assistência técnica, auxílios, tamanho da propriedade, planejamento, controle financeiro da atividade e principais dificuldades encontradas na condução do empreendimento. Os resultados mostraram, que cerca de 60% dos entrevistados não tem planejamento e controle financeiro, assim como, grande parte dos entrevistados faz o planejamento apenas com base na experiência e no conhecimento empírico.

Palavras-chave: Planejamento. Empresa rural. Produção agrícola.

ABSTRACT

This paper aimed to conduct a survey and characterization of the family farming profile of the Itamarati settlement, Ponta Porã and to verify how they manage their enterprise. In the interviews were used questionnaires containing open and closed questions and the following items were addressed: social movement, education, training, activity performed, destination of production, technical assistance, aid, size of property, planning, financial control of the activity and main difficulties encountered in the conducting the venture. The results showed that about 60% of respondents have no financial planning and control, as most respondents do planning based only on experience and empirical knowledge.

Keywords: Planning. Rural company. Agricultural production.

* Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, IFMS, *Campus* Ponta Porã. anacarol91001@hotmail.com

** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, IFMS, *Campus* Ponta Porã. william.goncalves@ifms.edu.br

*** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, IFMS, *Campus* Naviraí. leandro.ferreira@ifms.edu.br

**** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul, IFMS, *Campus* Naviraí. cristiana.oliveira@ifms.edu.br

Introdução

O assentamento Itamarati é hoje um dos maiores do país, criado em 2002 após um processo de reforma agrária na região, abrange uma área de aproximadamente 50 mil ha. Pesquisas do Censo 2010 revelam que o assentamento consta com 15.867 mil habitantes, sendo que a maior parte destes são agricultores familiares que atuam direta ou indiretamente em atividades voltadas para o meio rural (INCRA, 2020).

Em geral as pequenas propriedades do assentamento Itamarati possuem uma agricultura diversificada onde produzem frutas e hortaliças entre elas: acerola, mandioca, laranja, alface, abóbora, tomate, maracujá entre outros, além da produção de leite para consumo e para venda. Já em propriedades de maior extensão territorial há a produção das culturas de feijão, soja e milho. O assentamento também conta com a presença de agroindústrias, cooperativas e associações (COUTINHO JUNIOR, 2013) que estimulam e valorizam a produção local.

Apesar da grande diversidade de cultivos e atividade realizada, os agricultores familiares vêm enfrentando, ao longo dos anos, dificuldades em sua unidade produtiva principalmente quando se trata da gestão da propriedade rural, onde a ausência ou baixo conhecimento na organização financeira das atividades vem resultando em empreendimentos com baixa lucratividade. Este resultado revela a importância de uma boa gestão dos empreendimentos e uma capacitação por parte dos produtores, que são principalmente familiares, ou gerentes, diretores e demais funcionários da empresa rural (LAZZAROTO; FIORAVANÇO, 2012).

A tomada de decisão sobre o que produzir, a escolha da tecnologia a ser adquirida, o processo de compra de insumos e venda de produtos, o acesso aos mercados, entre outros, formam um conjunto de fatores que afetam significativamente o desempenho dos empreendimentos rurais uma vez em que muitos produtores não fazem o controle e anotações dessas atividades como o quanto se gasta comparado ao lucro do empreendimento. Atividade essa essencial para conhecimento da lucratividade ou não do negócio. Outra dificuldade enfrentada pelos produtores rurais é a deficiência de políticas públicas governamentais que levem acesso à informação, como as de assistência técnica e extensão rural que são fundamentais para o melhor gerenciamento da área agrícola.

Essa deficiência na prestação de assistência técnica por órgãos do governo foi verificada por Centenaro e Tavares (2017) no assentamento Itamarati e isso ocorre

principalmente pela ausência de funcionários, com isso produtores ficam desamparados em suas atividades.

Dessa forma, o conjunto de fatores como falta de capacitação, acompanhamento das inovações tecnológicas, deficiência no amparo pelos órgãos governamentais quanto a assistência técnica e extensão rural podem interferir e dificultar o processo de produção agrícola como no crescimento e/ou manutenção do empreendimento rural.

Diante do exposto o trabalho o objetivo do trabalho foi realizar um levantamento e caracterização do perfil da agricultura familiar do assentamento Itamarati, Ponta Porã e verificar como realizam a gestão de seu empreendimento.

1 Referencial Teórico

1.1 Assentamento Itamarati

O histórico do assentamento Itamarati começa em 1882 quando estava sob posse da empresa Matte Laranjeira que na época dominava a produção de erva mate da fronteira Brasil-Paraguai, foi um grande empreendimento privado com influências políticas e econômicas além de grandes contratos com o governo do Estado (TERRA, 2010). O empreendimento passava por constantes conflitos com ervateiros e posseiros da região a fim de impedir suas instalações e desta forma obter o domínio total da produção e do território. Após décadas de produção, a empresa acabou perdendo influência política e sofreu diversas acusações, que acarretaram no sancionamento da lei de 7 de julho de 1934 que autorizou o governo do Estado a arrendar a área pertencente a empresa, e em 1944 foi encerrado o contrato com a companhia definitivamente (BELLE *et al.*, 2013).

A área que hoje se encontra o assentamento Itamarati pertencia a Olacyr de Moraes. Algum tempo depois, na década de 1980, iniciou-se um conflito entre os trabalhadores, assalariados, “sem-terras”, brasiguaios, arrendatários, entre outros, que defendiam um interesse em comum: o direito à terra. Posteriormente os latifúndios foram ocupados e diversos acampamentos rurais foram implantados (BELLE *et al.*, 2013).

Com grande contingente de pessoas o Itamarati não conta apenas com lotes rurais, mas também com agroindústrias, cooperativas e um pequeno centro comercial. As famílias trabalham de maneira individual em lotes de até 10 hectares, plantando frutas e vegetais como: acerola, laranja e mandioca; há também pequenas criações de animais, que são consumidos e comercializados (COUTINHO JUNIOR, 2013).

De acordo com Coutinho Junior (2013) em aproximadamente sessenta e seis áreas agrícola do assentamento o trabalho era feito de maneira coletiva, o que totalizava cerca de 120 hectares, realizando a irrigação com pivô compartilhado e cultivando culturas como milho, soja, amendoim, feijão e pastagem para gado. Com interesse nessa produção algumas empresas e cooperativas se instalaram na região, como as cooperativas que produzem sementes crioulas e que distribuem sua produção para várias regiões do país e exportam para a Venezuela. Dessa forma, essas empresas acabaram por valorizar e promover a agricultura local.

1.2 Agricultura Familiar

A agricultura no Brasil durante dois séculos foi direcionada a estrutura patronal, com grandes fazendas e latifúndios, visando o comércio nacional, utilizando trabalho assalariado e condições de vida precárias (FAUTH, 2006). Atualmente, a agricultura familiar é muito importante para o desenvolvimento rural, pois gera emprego e renda, reduz a pobreza e a fome por meio da agricultura de subsistência, abastece o comércio local além disso vem se adequando a competitividade e as mudanças tecnológicas para sobreviver no contexto produtivo.

A Agricultura familiar é regulamentada pelo decreto nº 9.064, de 31 de maio de 2017 (dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006) que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimento familiares rurais.

Dessa forma, segundo a legislação uma UFPA ou empreendimento familiar deve atender os seguintes requisitos: I- possuir, a qualquer título, área de até quatro módulos fiscais; II- utilizar, no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda; III- auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e IV- ser a gestão do estabelecimento ou do empreendimento estritamente familiar.

Segundo Schneider (2003), os agricultores frequentemente precisam utilizar mão-de-obra assalariada juntamente com a familiar em suas atividades produtivas, isso acontece devido a carência de mão-de-obra em casa, pois muitas vezes os filhos não possuem a idade adequada para trabalhar ou quando possuem não moram na propriedade

agrícola. A necessidade de auxílio na atividade também surge devido à alta produção da propriedade, principalmente nos períodos de colheita, o que requer mão de obra extra.

1.3 Gestão Rural

A gestão das propriedades é entendida como um conjunto de ações e decisões tomadas visando melhorar a administração do empreendimento rural, por meio de planejamento, organização, direção e controle das atividades, maximizando a produção e minimizando os custos (SANTOS; MARION, 1996).

Ainda segundo os autores diversos fatores, interno e externos, podem afetar os resultados da empresa rural. Os fatores internos estão ligados ao planejamento da produção, financeiro e recursos humanos, já os fatores externos estão ligados ao clima, políticas governamentais, fatores que não se pode controlar de certa forma. Sendo assim o principal papel do gestor rural é planejar, saber o que produzir, quanto produzir, onde produzir e como produzir, controlando os custos da produção para obter maior retorno financeiro e baixo prejuízo.

Para isso o gestor deve capacitar seus trabalhadores e controlar a produção sendo necessário analisar o processo como um todo para encontrar os erros e acertos da gestão e possíveis problemas que podem influenciar na lucratividade e nos gastos do empreendimento rural, para que na próxima produção estes erros não sejam cometidos.

Diante de um cenário em que o pequeno produtor não atende as necessidades básicas de otimização de suas atividades e em que as decisões são tomadas de acordo com seu bom senso ou conhecimento empírico tem como consequências o não alcance de seus objetivos que é a produção lucrativa (LIMA *et al.*, 2001). Dessa forma, a gestão rural é extremamente importante para a tomada de decisão, análise de resultados e visão sistêmica do empreendimento rural resultando em produção agrícola de sucesso contudo para isso é necessário a capacitação não somente dos trabalhadores da empresa rural, mas também de seu administrador.

2 Metodologia

O presente trabalho foi desenvolvido no Assentamento Itamarati, distrito do município de Ponta Porã, durante o período de agosto de 2018 a maio de 2019.

Foi efetuado um levantamento descritivo/exploratório sobre os empreendimentos rurais do assentamento através de entrevistas com os produtores rurais utilizando questionário semiestruturado contendo dezenove perguntas fechadas e sete abertas, onde foram abordados dados gerais do produtor e da atividade realizada. As propriedades foram selecionadas aleatoriamente e de acordo a disponibilidade do proprietário e a realização do questionário e divulgação dos dados procedeu-se com a autorização dos mesmos.

No questionário abordou-se assuntos pertinentes ao perfil do agricultor e da atividade realizada como: nível de escolaridade, gênero, capacitação profissional, movimento social que fazem parte, tamanho da propriedade (há), atividade realizada na propriedade, gestão da propriedade, planejamento de gastos, contratação de mão-de-obra, assistência técnica, participação em associação ou cooperativa, destino da produção, anotação de gastos e compras para a propriedade, dificuldades enfrentadas e sugestões para melhoria de sua atividade, entre outros.

Os dados qualitativos relativos ao levantamento foram analisados com o cálculo da distribuição de frequências (absoluta *fa*) e frequência relativa (*fr*) e com estatística descritiva por meio do programa Excel 2010.

3 Resultados e Discussão

Foram entrevistados 22 produtores do Assentamento Itamarati I e II. Esses fazem parte dos movimentos sociais Movimento dos Trabalhadores Rurais- MST (7), Central única dos Trabalhadores- CUT (6), Federação dos Trabalhadores da Agricultura-FETAGRI (5), Associação dos Moradores e ex Funcionários da Fazenda Itamarati-AMFFI (4). Movimentos sociais que continuam na região desde a época de transformação da fazenda em assentamento rural e que segundo Belle et al., (2013) tiveram grande participação na distribuição e negociação dos lotes da região.

O questionário foi dividido em duas partes: dados do proprietário e da atividade realizada. Em relação ao perfil dos produtores verificou-se que 63,3% pertencem ao gênero masculino e 36,4% feminino que apesar de pequeno é relevante no cenário agrícola. Quando abordado o item escolaridade 30% (6) dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 35% (8) o fundamental completo, 25% (5) o ensino médio completo e apenas 10% (3) possuem o ensino superior completo (Figura 1a).

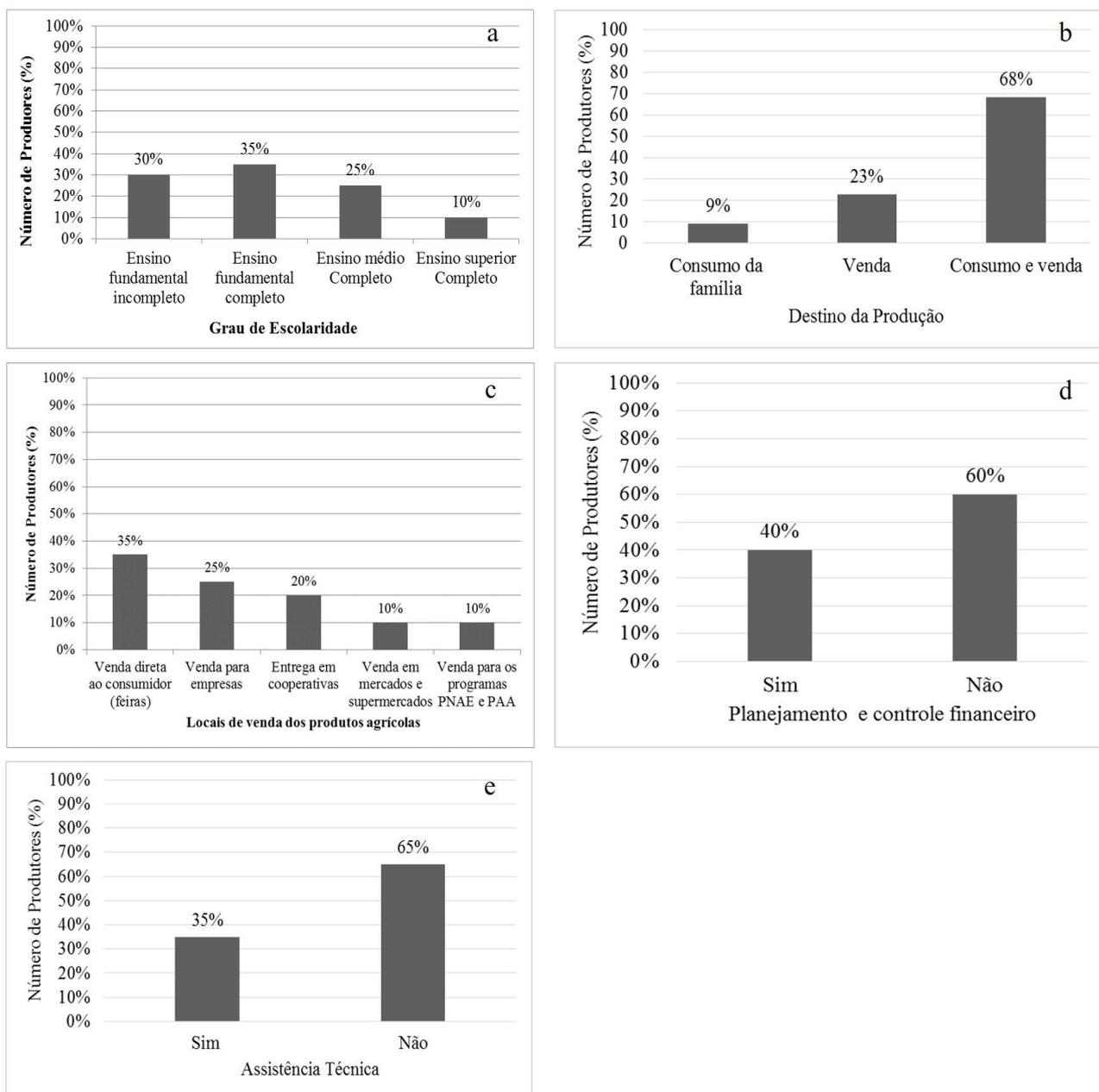


Figura 1. a) Grau de escolaridade dos produtores rurais entrevistados no assentamento Itamarati (%); b) destino dos produtos produzidos nas propriedades agrícolas dos produtores entrevistados (%); c) locais onde são realizadas as vendas dos produtos agrícolas produzidos pelos assentados (%); d) realização de planejamento e controle financeiro pelos produtores entrevistados no assentamento Itamarati; e) porcentagem de produtores que recebem assistência técnica (%).

Fonte: Elaborado pelos autores

Segundo o Censo Agrícola (2019), 19 % dos estabelecimentos agrícolas são gerenciados por mulheres enquanto 81% são por homens, contudo a maior parte dos produtores, homens e mulheres, possuem no máximo o ensino fundamental o que revela a necessidade de maiores investimentos e incentivos a educação.

Ainda foi verificado que 72,72 % dos produtores não possuem especialização ou curso de capacitação profissional. É frequente a baixa escolaridade de assentados, uma vez que se dedicam as atividades da propriedade ou trabalham desde muito jovens fora da área agrícola de forma a complementar a renda, o que dificulta o acesso as escolas (BORGES, 2008). Ainda que o processo educativo venha se modificando ao longo do tempo com auxílio de programas de educação no campo e presença do transporte escolar, as mudanças na educação ainda caminha a passos lentos e muitas das vezes a escolaridade dos assentados pouco se distancia do nível de educação em relação aos seus pais.

Em relação a atividade realizada no assentamento foi observado que 45,45% dos produtores se dedicam exclusivamente a agricultura (Tabela 1).

Tabela 1. Frequência absoluta (FA) e Frequência relativa (FR) da atividade agrícola, tamanho da área, área e contratação de mão de obra

		Frequência Absoluta (FA) Número de produtores	Frequência Relativa (FR) Produtores (%)	Total (%)	Total (n)
Atividade agrícola	Agricultura	10	45,45%	100%	22
	Pecuária	8	36,36%		
	Agricultura + Pecuária	4	18,18%		
Tamanho da área (há)	0-5	12	54,55%	100%	22
	6-10	6	27,27%		
	11-15	2	9,09%		
	> 15	2	9,09%		
Área	Própria	17	77,27%	100%	22
	Arrendada	3	13,64%		
	Outros	2	9,09%		
Contratam mão-de-obra	Sim	10	45,45%	100%	22
	Não	12	54,55%		

Fonte: Elaborado pelos autores

Ainda na tabela 1 observa-se que, 36,36% dos produtores realizam atividade pecuária e 18,18% se dedicam a ambas as atividades. A atividade agrícola no assentamento é diversificada com produção de alface, tomate, abóbora, cebolinha, soja, milho e frutíferas como laranja, tangerina, banana, maracujá, além da pecuária principalmente leiteira devido a fábricas de iogurte e de processamento de leite próximas

a região, criação de suínos, aves entre outros. Geralmente as áreas possuem tamanho médio de 6 há, e em sua maioria os agricultores são proprietários da terra 77,27% e os demais são arrendatários ou possui terra alugada.

Quando questionados sobre o destino da produção (Figura 1b) nota-se no que 68% dos entrevistados a destinam para o consumo e para a venda, 23% exclusivamente para a venda e 9% exclusivamente para o consumo da família.

Segundo levantamento feito pelo Portal do Governo do Brasil (FENATA, 2019) a agricultura familiar gera um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, colocando o Brasil como 8º maior produtor de alimentos do mundo, ou seja, tanto a venda da produção que é essencial para a economia do país, quanto o uso para o consumo das famílias apresentam grande importância no cenário mundial, não somente econômico como também social.

No levantamento verificou-se que as vendas são feitas em 35% diretamente ao consumidor, principalmente nas feiras do Itamarati, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, 25% da produção é vendida para empresas próximas a região voltadas a pecuária principalmente, 20% da produção é entregue em cooperativas, 10% é vendido em supermercados e pequenos mercados locais e 10% são vendidas para programas do governo como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (Figura 1c).

A maior parte das vendas de produtos são diretamente ao consumidor, empresas seguidas de cooperativas, isso se deve ao fato de haver mais facilidade e menos burocracia para as vendas diretas, onde não há uma organização ou planejamento rigoroso, porém, é necessário ressaltar também a importância dos programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que são fazem parte da complementação das vendas.

De acordo com os estudos realizados por BRITO *et al.*, (2017) na cooperativa COOPERAI, localizada no assentamento Itamarati, a participação em programas como PAA e PNAE são relatadas pelos cooperados como positivas e de bom retorno financeiro para a atividade realizada.

Além desses, outros programas governamentais que os produtores conhecem e acessam na região são os de auxílio financeiro como o Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (PRONAF), programa este criado com o intuito de financiamento e custeio (MATTEI, 2006), Bolsa Família, PRONAF Mais Alimentos, Vale Renda que consiste de um programa do Estado de Mato Grosso do Sul voltado as famílias sul-mato-grossenses em vulnerabilidade socioeconômica (SEDHAST, 2020) e o

Banco ITA, banco comunitário com o objetivo de fomentar a produção agrícola no assentamento (ANDRADE *et al.*, 2012). Contudo, 54% dos entrevistados não recebem nenhum auxílio do governo.

Segundo os produtores entrevistados e a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, AGRAER do Assentamento Itamarati, a dificuldade de obtenção de auxílios do governo vem ocorrendo devido a burocracia de documentos sendo um entrave na participação dos produtores em programas e na melhoria da atividade agrícola.

Em relação ao planejamento financeiro da propriedade o levantamento mostrou que mais da metade dos produtores entrevistados não realiza assim como não possui controle financeiro em questões como: o que produzir, como produzir, quando produzir, riscos, variáveis e custeio. Foi relatado pelos entrevistados que o planejamento é feito apenas com base na experiência e no conhecimento empírico, isso pode estar relacionado a baixa escolaridade e ausência de cursos de capacitação. Dos 40% dos produtores que fazem planejamento e controle financeiro 50% utilizam cadernetas; 36% não anotam; 9% utilizam planilhas; 4,5% fazem controle de notas fiscais e 0,5% não relataram como planejam a atividade (Figura 1d).

Esses resultados mostram a carência de organização da atividade agrícola entre os entrevistados, já que o planejamento e o controle financeiro que deveriam ser um princípio básico para o sucesso do empreendimento, nem todos realizam e os que realizam não tem o rigor necessário para com o controle de gastos. Devido à falta de planejamento, a assistência técnica é essencial para auxiliar os produtores nas tomadas de decisões, em contrapartida os dados mostram que nem todos recebem assistência técnica (Figura 1e).

A deficiência no suporte ao produtor na região se deve principalmente pela grande extensão territorial do assentamento, ao fato das propriedades ficarem distantes umas das outras e da carência de profissionais da assistência técnica para o atendimento. Isso revela, um grande problema para o desenvolvimento dessas unidades produtivas. Aqueles que responderam que possuem assistência relataram que, a frequência de visitas dos técnicos é a cada 6 meses ou até mesmo 1 ano, ou seja, não há nenhum acompanhamento da produção ou qualquer ajuda direta na maior parte do tempo.

Os entrevistados também foram questionados sobre quais eram as principais dificuldades para a condução de sua atividade, as principais respostas foram: problemas de financiamento e aquisição de crédito; preços elevados de insumos agrícolas; falta de assistência técnica; estradas em péssimas condições; desvalorização do produto por parte das empresas compradoras.

Considerações Finais

A maior parte dos produtores entrevistados são pequenos agricultores familiares cuja renda é originária principalmente da agricultura e atividade pecuária com produção diversificada desde hortaliças, grãos, frutíferas e produção leiteira. Contudo esses agricultores não realizam ou possuem dificuldade no planejamento das atividades, no controle financeiro dos gastos e ganhos da unidade produtiva, isso acaba causando impacto direto nos lucros. Entre os fatores que podem influenciar diretamente a ausência ou baixo controle financeiro estão a baixa escolaridade dos assentados, não realização de cursos de capacitação aliado a deficiência da assistência técnica na região para orientação da importância do uso da gestão rural para controle de suas atividades.

Referências

- ANDRADE, A. O.; PRATA, V. G.; SOBRINHO, S. B. Banco Comunitário ITA: fomentando iniciativas de trabalho no Assentamento Itamarati. **Cadernos de Agroecologia**, Glória de Dourados, v. 7, n. 2, p. 1-4, mar. 2012.
- BELLE, M. F. L.; ALVES, G. L.; SOUZA, C. C. Impactos sobre o desenvolvimento regional decorrentes do assentamento Itamarati, Ponta Porã (MS): 2001-2010. **Albuquerque: revista de História**, Campo Grande, MS, v. 5, n. 9, p. 9-33, jun. 2013.
- BORGES, J. R. P. **A situação de vulnerabilidade socioambiental em assentamentos da reforma agrária representante e práticas cotidianas**. São Paulo: FAPESP; Rima. 2008.
- BRASIL. Decreto-lei nº9.064, de 31 de maio de 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - Edição Extra - 31/5/2017, p. 11, 2017.
- BRITO, A. R.; CENTENARO, M.; SANTOS, A. S.; MARTINS, C. R. Capital Social e Desenvolvimento Endógeno no Assentamento Itamarati II em Ponta Porã. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 8., **Anais[...]**, Santa Cruz do Sul, 2017.
- CENTENARO, M.; TAVARES, N. A. C. Práticas de gestão e assistência técnica em assentamento rural. **Desenvolvimento, fronteiras e cidadania**, Ponta Porã, v. 1, n. 1, p. 115-133, jul. 2017.
- COUTINHO JUNIOR, P. A produção no assentamento Itamarati, no Mato grosso do Sul. **Revista sem terra**, 2013. Edição especial. Disponível em:

<https://jornalgggn.com.br/economia/a-producao-no-assentamento-itamarati-no-mato-grosso-do-sul/>. Acesso em: 23 out. 2019.

FAUTH, E. M. Agricultura familiar: força revigorada. **Indicadores econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 25-34, dez. 2006.

FENATA - SINDICATO DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS DO RIO DE JANEIRO. **Agricultura familiar é 8º maior produtora de alimentos do mundo**. 2019. Disponível em: <https://www.fenata.com.br/site/index.php/noticias-gerais/596-agricultura-familiar-do-brasil-e-8-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 10 jun. 2019.

INCRA, **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária**. 2015 Disponível em: <http://www.incra.gov.br/noticias/nucleo-urbano-do-assentamento-itamarati-e-transformado-em-distrito-de-ponta-porams>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LAZZAROTTO, J. J.; FIORAVANÇO, J. C. Reflexões sobre a capacitação gerencial na agricultura familiar brasileira. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2012.

LIMA, A. P.; BASSO, N.; NEUMANN, P. S.; SANTOS, A. C. MULLER, A. G. **Administração da unidade de produção familiar**: modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí-Unijuí: Embrapa, 2001.

LOURENZANI, E. L.; PINTO, L. B.; CARVALHO, E. C. A.; CARMO, S. M. A qualificação em gestão da agricultura familiar: a experiência da alta paulista. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 62-76, abr. 2008.

MATTEI, L. **Pronaf 10 anos**: mapa da produção acadêmica. 12. ed. Brasília-DF: MDA, 2006.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C. **Administração de custos na agropecuária**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SEDHAST. Secretaria de Estado e Direitos Humanos, Assistência Social e Trabalho. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Programa Vale Renda. 2020. Disponível em: <http://www.sedhast.ms.gov.br/programa-vale-renda/>. Acesso em: 20 mar. 2020.

TERRA, A. O assentamento Itamarati no contexto dos megaempreendimentos em território sul-mato-grossense. **Campo território: Revista de geografia agrária**, São Paulo, v. 5, n. 9, p. 166-202, fev. 2010.